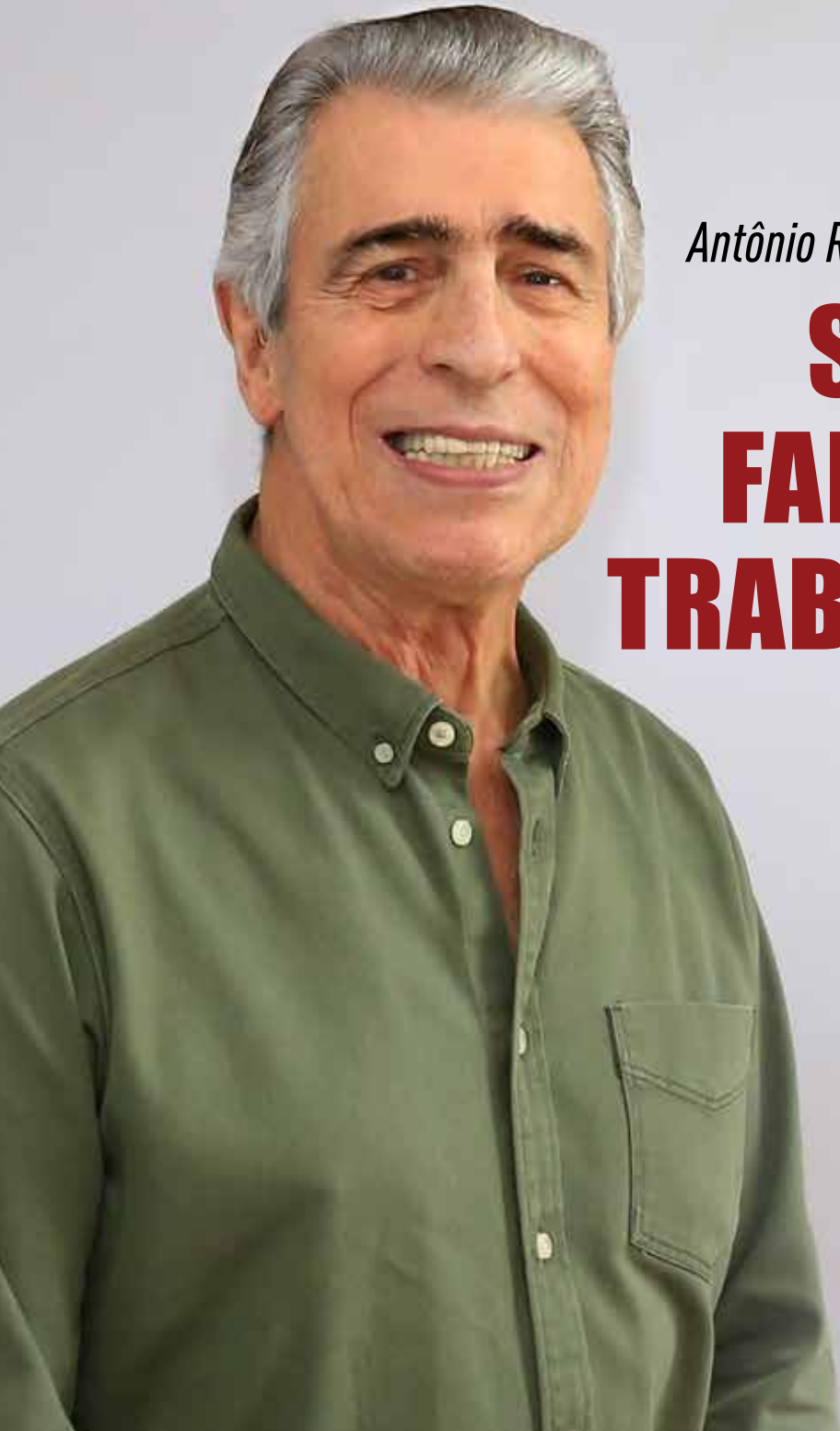


Revista Mundo

Sindical

EDIÇÃO 20 - OUTUBRO 2019



Antônio Rogério Magri, aos 79, é taxativo:

SINDICATOS, FALEM COM OS TRABALHADORES

É preciso “lançar as bases de um novo sindicalismo”, criar uma “nova narrativa”

Lugar de dirigente é no meio dos trabalhadores; sem ação sindical, salários recuam

Relação trabalhista ainda é de Casa Grande e Senzala

Págs. 4 a 8

Artigo: Clemente Ganz Lúcio

“É URGENTE GESTAR O SINDICATO DO FUTURO”

Pág. 9

PROPOSTAS DE REFORMAS AGITAM MEIO SINDICAL

Págs. 10 a 11

PTB SINDICAL, UM RETORNO ÀS ORIGENS

Pág. 19



Mundo Sindical

Sindicalismo levado a sério

NÃO DEIXE DE ACOMPANHAR EDITAIS EM SUA BASE



TEM DIFICULDADE EM ACOMPANHAR OS EDITAIS QUE SAEM EM JORNAIS E DIÁRIOS OFICIAIS ?

Nós temos a solução.

O Mundo Sindical tem o serviço de clipping de editais que monitora jornais de grande circulação (Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, Agora) e também os Diários Oficiais da União, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

O principal benefício do nosso serviço é agilidade no processo da leitura e acompanhamento diário de Editais, já que em muitas Bancas de Jornais não encontramos todos os jornais de grande circulação do Estado de São Paulo.

Este trabalho permite que a Diretoria do Sindicato faça um acompanhamento e que outros departamentos como secretaria, tesouraria, jurídico, contábil e comunicação fiquem atentos às informações dos Editais.

NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE

Aproveite agora mesmo para assinar o serviço de clipping de Editais. Envie o contrato preenchido para nós.

Para mais informações, entre em contato conosco.



11 5533 2001

editais@mundosindical.com.br

Editorial

Olá amigos,

A hora é agora. Não podemos mais confiar em soluções milagrosas para a crise que se abateu sobre o sindicalismo brasileiro a partir da reforma trabalhista (Lei 13.467/17), no governo Temer. A **crise virou "asfixia" sob o governo Bolsonaro**. E **nova proposta de reforma** está a caminho, gestada no Ministério da Economia. É capitaneada por Rogério Marinho, titular da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Tudo indica que será ainda mais dura para trabalhadores e sindicatos, que lutam para manter sua missão constitucional de ser ponto de equilíbrio entre capital e trabalho.

Sim, é hora de reagir e agir. É o que está fazendo um grupo de especialistas ligado à defesa dos interesses de trabalhadores e sindicatos, costurando uma **PEC (Proposta de Emenda Constitucional) alternativa à do governo**. É uma mudança de dentro para fora, ou seja, nascida dentro do sindicalismo. Há a convicção de que se pode criar um novo movimento sindical no Brasil, adaptado a um país de dimensões continentais, desvinculado da administração pública - livre, transparente e ainda mais representativo.

Para compreender um pouco mais o momento histórico que atravessamos, a **Mundo Sindical** traz para você várias reportagens, começando pela reveladora **entrevista feita com o ex-ministro do Trabalho e Previdência, Antonio Rogério Magri**. Ele se mostra à vontade para criticar o atual governo, suas políticas trabalhista e sindical, e para advertir os dirigentes de sindicatos de que é preciso "lançar as bases de um novo sindicalismo", construindo nova narrativa junto aos trabalhadores. Afirma ser imperioso resgatar a luta do trabalhismo e diz que os sindicatos demoram a perceber as mudanças. Para ele, nossas relações trabalhistas ainda são de Casa Grande e Senzala.

Não deixe de ler o esclarecedor **artigo de Clemente Ganz Lúcio**, diretor técnico do Dieese, sobre a

urgência de "acordar" e de "gestar o sindicato do futuro". Como bom sociólogo, faz um chamado que faz pensar - "Não sejamos os coveiros da luta! Sejamos semeadores, no solo social da transformação econômica, dos novos instrumentos e da nova organização para as lutas sociais e políticas que ainda não somos capazes de imaginar, mas que virão."

Nossa reportagem sobre as reformas em curso está acompanhada das **opiniões dos presidentes das oito centrais sindicais**. São posições contudentes e divergentes. Incluem tanto a defesa do diálogo e das negociações, como a rejeição a qualquer tipo de iniciativa que possa mexer na unicidade sindical. Temos ainda para você outras quatro reportagens. A primeira é sobre o encontro em Brasília, a convite da OAB, de **sete ex-ministros do Trabalho**. Eles lançaram uma carta de alerta sobre a importância da manutenção de direitos sociais e trabalhistas para que a economia do país volte a crescer e a gerar empregos. A segunda trata da tentativa do governo e do Congresso, em parte frustrada, de impor uma **"minirreforma trabalhista" atrelada à tramitação da Medida Provisória 881**. Conhecida como a MP da Liberdade Econômica, propõe desburocratização e simplificação de processos para empresas e empreendedores. Na terceira, você recordará a história e **os grandes objetivos do PTB Sindical**, departamento do partido criado em 2007 pelo deputado estadual Campos Machado. Ele afirma que "o PTB é um partido que tem história na defesa do trabalhador e na luta dos sindicatos"; na última, conhecerá o **Sindicato dos Condutores em Transportes Rodoviários de Cargas Próprias de São Paulo (Sindicapro)**, que completa 25 anos em 2020.

Por fim, não perca as notas do **Giro Sindical**.

Sandra Campos
Editora-Chefe

Índice

1 Nossa capa: **SINDICATOS, FALEM COM OS TRABALHADORES**

Antônio Rogério Magri, 79,
consultor sindical e
ex-ministro do Trabalho e
Previdência no governo de
Fernando Collor de Melo



4 ENTREVISTA ANTÔNIO ROGÉRIO MAGRI

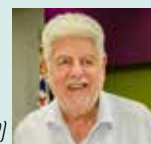
"Sindicalismo precisa reconstruir sua narrativa"
Vem aí a reforma sindical do governo
Trabalhadores preparam PEC alternativa
Unicidade sindical está na mira do governo
Trabalhadores estudam proposta de mudança
Narrativa deve resgatar a luta do trabalhismo
Sindicatos demoraram a perceber as mudanças
Sem ação sindical, a renda e os salários recuam
Relação trabalhista é de Casa Grande e Senzala

9 Artigo: Clemente Ganz Lúcio

É urgente gestar o sindicato do futuro

10 Trabalhadores se antecipam ao governo e costuram sua proposta de reforma sindical

11 Homenagem do Dieese a Walter Barelli



(*25/7/1938 +18/7/2019)

12 Centrais sindicais se mostram divididas Opinião dos oito dirigentes das centrais

16 Manter direitos é fundamental para sair da crise, alertam ex-ministros do Trabalho Magri: Tempos difíceis, de ansia destrutiva

19 PTB reassume protagonismo do movimento sindical



Entrevista com deputado
estadual Campos Machado

20 Lei da Liberdade Econômica Com trapalhadas Senado aprova MP que reduz burocracia e também direitos

22 "Trabalhador precisa estar consciente de que o sindicato é a única defesa que ele tem"



Entrevista com Jorge
Aparecido, secretário-geral
do Sindicapro

23 Giro Sindical

Expediente

A Revista Mundo Sindical é uma publicação do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano

Os exemplares são distribuídos gratuitamente, não podendo ser vendidos sob nenhuma hipótese.

As reportagens e artigos não podem ser reproduzidos para nenhum fim sem a autorização prévia dos seus autores.

Editora Chefe - Sandra Campos

Redator Chefe - Daniel Wendell

Jornalista Responsável - Manoel Paulo - MTB 48.639-SP

Redação - Manoel Paulo

Foto de Capa - Carlos André

Fotos - Carlos André e Manoel Paulo

Imagens Ilustrativas - Shutterstock e Freepik

Editoração, Projeto Gráfico e Finalização - Carlos André Silva

Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano

Alameda dos Jurupis, 1005 - Moema - São Paulo - CEP 04088-033 - Telefone: +55 11 5533-2001

VEM AÍ REFORMA SINDICAL DO GOVERNO; TRABALHADORES PREPARAM PEC ALTERNATIVA

“Sindicalismo precisa reconstruir sua narrativa”



*Antônio Rogério Magri conhece, como poucos, o movimento sindical brasileiro, suas lutas, suas conquistas históricas e seus atuais desafios. Em entrevista exclusiva à **Mundo Sindical**, ele aponta os graves problemas enfrentados pelo sindicalismo no país a partir da Reforma Trabalhista de 2017. “A reforma acabou conosco, acabou com o*

movimento sindical. O que temos hoje é a falsa visão de que ainda temos sindicatos.” Ele se mostra à vontade para criticar o atual governo, suas políticas trabalhista e sindical, e para advertir os dirigentes dos sindicatos de que é preciso “lançar as bases de um novo sindicalismo”, construindo uma nova narrativa junto aos trabalhadores. Confira.

Mundo sindical – Para onde caminha o movimento sindical brasileiro? Aos 79 anos, o Sr. tem o privilégio de analisar com mais isenção o momento histórico que vivemos.

Antônio Rogério Magri – O que temos hoje é a falsa visão de que ainda temos sindicatos. O movimento sindical, da forma como o vivemos até a reforma trabalhista de 2017, não existe mais. O fim do imposto sindical acabou, na prática, com a unicida-

de sindical. Um exemplo dessa profunda mudança está na crise financeira em que mergulharam os sindicatos, obrigando-os a se desfazer de seu patrimônio – um patrimônio construído pelos próprios trabalhadores. O sindicalismo está asfixiado e sem recursos para manter todo o seu poder de fogo em defesa dos direitos trabalhistas. O que temos hoje é uma miragem de sindicatos, mas seus líderes históricos estão vivos e permanecem na

luta. A reforma trabalhista (Lei 13.467/17) foi uma das mais cruéis que o Brasil já teve. Nem a ditadura militar (1964-1985) fez o estrago que fez o então deputado Rogério Marinho, o relator dessa reforma (ele não se reelegeu para a atual Legislatura, mas desde o início do governo de Jair Bolsonaro é secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia). A reforma acabou conosco, acabou com o movimento sindical.

UNICIDADE SINDICAL ESTÁ NA MIRA DO GOVERNO

MS – *E vem aí outra reforma trabalhista e uma reforma sindical. Em 30/8, o governo instalou o Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet).*

Magri – É o mesmo Rogério Marinho que está por trás dessa PEC (Proposta de Emenda Constitucional) contra o movimento sindical. Ele trabalha para o atual governo e junto com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que já trabalhou para a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), no Chile. Lá, Guedes também promoveu uma Reforma da Previdência, favorecendo os bancos. Baseada na capitalização, essa reforma é hoje contestada naquele país. Nós ainda não conhecemos todo o teor da PEC da reforma sindical em gestação no governo, mas deve incluir o fim formal da unicidade sindical. É a unicidade que sustenta a estrutura sindical como é hoje – em cada ramo, um sindicato por município, um sindicato por Estado, um sindicato nacional. Por exemplo, no caso dos metalúrgicos, a unicidade garante que haja sindicatos no Brasil por municípios, por estados. Na Alemanha, há apenas um sindicato nacional de metalúrgicos.



No Brasil, poderia haver um sindicato nacional, mas a unicidade garante que também haja sindicato em São Paulo, em Guarulhos, em Osasco etc. A Federação tem 54 sindicatos no Estado de São Paulo. Há mais 40 no Rio de Janeiro. Somados todos os Estados, passa de cem o número de sindicatos de metalúrgicos no país. O que segura isso é a unicidade, que ainda está no papel, mas que na prática acabou. Quando você tira todos os recursos do sindicalismo, a unicidade não existe mais. E aí vem a pluralidade, nos moldes propostos pela Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) ou no modelo chileno, para o qual caminhamos. Tome-se como exemplo uma academia, como a

Smart Fit. Lá pode-se criar cinco sindicatos, três, dois. A pluralidade libera é dá margem ao dono da academia para montar o seu sindicato, tendo sob sua garantia o que quiser. Esse é o grande problema. O controle sai das mãos do movimento sindical autêntico e vai para a mão do empresário, que monta o sindicato que quiser. Reclamamos por haver hoje 11 mil sindicatos de trabalhadores no país. Com a pluralidade, poderemos ter 30 mil, 40 mil sindicatos. Assim, dependendo de como a encaramos, a pluralidade só vem de encontro, não ao encontro dos trabalhadores.

Caso essa PEC do governo carregue a intenção de asfixiar de vez os sindicatos, precisamos reagir. Nós nada fizemos frente à reforma trabalhista. O movimento sindical se acovardou, não mexeu uma palha, não invadiu o Congresso para salvar sua dignidade. O Brasil é um país pobre – 40 milhões de pessoas não têm água encanada; 100 milhões não têm esgoto. É um país pobre comandado por uma extrema direita que nada tem a ver com a nossa cara.

TRABALHADORES ESTUDAM PROPOSTA DE MUDANÇA

MS – *Mas agora os trabalhadores, em sintonia com o Congresso, já estão discutindo sua própria proposta de reforma sindical...*

Magri – Já há um grupo trabalhando e debatendo maneiras de criar uma nova estrutura sindical (*leia na pág. 10*). Fora disso, não dá para esperar nada. Não há milagre. Seria uma estrutura que permitiria lançar as bases de um novo sindicalismo. O grupo, altamente qualificado e ligado à luta sindical em defesa dos trabalhadores, tem o propósito de criar uma PEC de reorganização do sindicalismo, que deverá ter o apoio dos partidos de esquerda e do centro. Mas essa PEC não será aprovada, não

passará, se tentarmos manter a estrutura sindical atual – com central, confederação, federação e sindicato. O nosso problema hoje é o sindicato. A base sólida em defesa dos interesses da classe operária é o sindicato. Por isso, é preciso ter cuidado na elaboração dessa nossa PEC. E há outra questão que considero muito séria: dinheiro. Como vamos bancar uma estrutura, por mais enxuta que seja? O imposto sindical acabou. Não volta mais. E também não volta a contribuição assistencial. Como vamos sobreviver? A saída é aumentar o número de filiados, com os quais será negociado o percentual de contribuição ne-



cessário para manter um sindicato atuante e enxuto. O trabalho é na base, em contato direto com o trabalhador – um trabalho diário e exaustivo. Lugar de dirigente sindical é no meio dos trabalhadores.

NARRATIVA DEVE RESGATAR A LUTA DO TRABALHISMO

MS – *Os dirigentes sindicais deverão cultivar então uma nova narrativa, mais sólida, direta e transparente?*

Magri – Exatamente. Devem resgatar para as bases a história, a importância e a luta do trabalhismo, que começou com o PTB na década de 1940 (veja pág. 19). Não devemos ter medo de falar de política. Não podemos deixar o governo pisar em nosso jardim, tirar as flores. Pode até entrar em nossas casas e sabe Deus o que pode fazer com nossas famílias. Devemos falar da importância de nossa luta. Não podemos compactuar com a lassidão e o afrouxamento da nossa sociedade. A sociedade perdeu a capacidade de indignação. Endurecemos nossos corações. Estamos endurecendo nossa alma. O movimento sindical não pode perder a capacidade de indignação. Se isso ocorrer, acabou. Não sobra mais nada. Nós precisamos reconstruir nossa narrativa, dar respostas às bases, estar presentes na política – nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional, onde se resolvem os problemas da sociedade brasileira. Reafirmo que nossa principal missão neste momento é estar em contato com os trabalhadores, com uma nova postura e uma nova narrativa. Em conjunto, será discutida a melhor forma de manter o sindicato. Não devemos esquecer que nossas bases são formadas,



em sua maioria, por trabalhadores que ganham cerca de R\$ 1.200,00 mensais. Mas também é importante atrair os trabalhadores da classe média, que é conservadora, sem ser de direita. Essa é nossa nova narrativa. E insisto. O sindicato não deve ter medo de fazer política, acompanhado as transformações no mercado de trabalho. É vital se fortalecer, juntar categorias, em especial diante das mudanças no perfil do emprego, da automação e robotização e das novas tecnologias em serviços por aplicativos. Estima-se que, em 10 anos, São Paulo será uma cidade prestadora de serviços.

MS – *Se o Sr., com toda a sua experiência de vida, fosse dirigente sindical, o que diria ao trabalhador? Qual seria sua narrativa?*

Magri – Diria que estou ao lado dele, em sintonia com seus anseios. O movimento sindical nunca foi empecilho à assinatura de um acordo coletivo. Às vezes, a greve é necessária. Mas as greves são esporádicas, em defesa de nossa dignidade. Para nós não interessa patrão pobre. Para nós interessa patrão rico. Quanto mais ele e a empresa dele crescem, mais benefícios nós, de maneira organizada, podemos conseguir. Nós temos condição de discutir com o patrão se o ajudarmos a crescer. Deixaria explícito também que o dirigente sindical, em sua missão, tem de manter um olho no mercado de trabalho e um olho no social, também pelo bem-estar dos trabalhadores, o que inclui moradia e educação.

SINDICATOS DEMORARAM A PERCEBER AS MUDANÇAS



MS – *Por que o sindicalismo brasileiro perdeu seu brilho histórico? Foi a reforma trabalhista? Foram as novas tecnologias e a globalização? Houve erros?*

Magri – O sindicalismo acertou muito e errou pouco. Mas, pequenos erros podem ter duras consequências. Nós não percebemos esse movimento pendular da AI (Inteligência Artificial), da indústria 4.0 e já indo para a 5.0. De acordo com economis-

tas, em 70 anos, dois terços dos trabalhadores do mundo não terão emprego. Veja que 70 anos é muito tempo individualmente, mas pouco tempo para o mundo. Muitas categorias desaparecerão diante do avanço da tecnologia. Não haverá metalúrgicos. As máquinas produzirão sozinhas. Caminhões andarão sozinhos. Será um outro mundo. E os sindicatos não perceberam a tempo toda essa transformação da mão de

obra, assim como nós nunca escutamos Eduardo Suplicy, que há anos insiste na necessidade de implantar um programa de renda mínima. Hoje, você não precisa mais do Senai para formar um metalúrgico. Mas precisamos do Senai ou de outro instituto para formar técnicos altamente capacitados. Vi dias atrás uma reportagem sobre um empresário que investiu R\$ 300 milhões em tecnologia e acabou tendo de investir outros R\$ 30 milhões para capacitar um punhado de trabalhadores a operar suas novas

máquinas – modernização que, possivelmente, tirará o emprego de milhares de pessoas. Essas transformações, esses movimentos são hoje muito rápidos. Não conseguimos acompanhá-los. Os empresários – mesmo havendo retrógrados entre eles – têm dinheiro, podem viajar para a Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos etc. e descobrir novas máquinas, novos meios de melhorar sua produção. Já os sindicatos, em especial neste momento, sem um tostão, estão amarrados. Não acompanhamos

essa tecnologia. Talvez não tenhamos errado, mas demoramos a perceber esse movimento, que foi muito rápido. Em 50 anos, um simples celular ficou milhares de vezes mais veloz do que o primeiro computador, que era do tamanho de uma máquina de trem. E daqui em diante será ainda mais rápido. Não conseguimos acompanhar a evolução. O sindicalismo, voltado aos interesses dos trabalhadores, tentando melhorar a vida dos trabalhadores, não percebeu que o mundo mudou.

SEM AÇÃO SINDICAL, A RENDA E OS SALÁRIOS RECUAM

MS – O mesmo está ocorrendo em outros países?

Magri – Vivemos hoje tempos difíceis. Quero crer que a realidade que vivemos não se aplica apenas no Brasil, mas ao mundo. Se considerarmos as mudanças no campo político, econômico e social em muitas nações, onde parecia que a classe trabalhadora caminhava em direção ao paraíso, o que vemos hoje são verdadeiros retroces-

sos, no seu sentido mais profundo. O mundo passa por uma crise. Há 40 anos, o movimento sindical norte-americano tinha 56% dos trabalhadores associados a sindicatos. Tinham os mais altos salários entre os países ricos. Hoje têm de 6% a 8% de associados, com os piores salários dos países ricos. Conclusão: sindicato forte, estar associado, bom salário. Sindicato fraco, o pior salário. Na Alemanha, hou-

ve há 30 anos uma reforma trabalhista que manteve a força do sindicalismo. Resultado: entre os países ricos, os maiores salários são hoje os salários dos alemães. A lição é óbvia. Não precisa o governo quebrar nossas pernas, como faz hoje. Quanto mais sindicatos fracos, menores serão os salários e as aposentadorias. Não há no mundo democracia sem sindicatos autênticos e fortalecidos.

RELAÇÃO TRABALHISTA É DE CASA GRANDE E SENZALA

MS – Como o Sr. vê o desmonte dos direitos trabalhistas no Brasil? Já perdemos o Ministério do Trabalho e estamos vivendo nova reforma trabalhista.

Magri – Na verdade, o fim do Ministério do Trabalho, o fim dos sindicatos, foi para iniciar o desmonte, com uma visão falsa de liberalismo. É um liberalismo que não tem sentido, feito pelas mãos do ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele se formou nos Estados Unidos. De 1974 a 1978, estudou na caríssima Universidade de Chicago com bolsa do CNPq, a mesma que é negada hoje a novos pesquisadores. Sua inteligência lhe permite citar números que ninguém entende. Mas não tem livro algum publicado. Dos Estados Unidos veio ao Brasil e seguiu para o



Chile, para ajudar a implantar a ditadura do general Augusto Pinochet. O Chile abrigava um grande movimento sindical. Seu maior líder, Manuel Bustos, lide-

rou a resistência contra o regime de Pinochet e foi preso. Eu o visitei no centro de detenção da comuna de Parral, província de Linares. Como já disse, Guedes

implantou no Chile a previdência privada, como tenta agora implantar aqui. Lá implantou o sistema de capitalização, como tenta fazer aqui. E deu no que deu. Hoje, um chileno que capitalizou para receber R\$ 1.000,00 na aposentadoria, só recebe R\$ 500,00. Deu tudo errado. Agora, o que estão fazendo conosco é um desmonte similar, com um presidente que aceita sem contestar os números mirabolantes de Guedes. O ministro da Economia está cometendo um erro brutal. O Brasil é um país pobre. A mão forte é do Estado, que privatiza sabendo que vai dar errado daqui a alguns anos. E aí não haverá volta. O Brasil poderá ser transformado numa Venezuela.

Perfil

Trabalho e sindicalismo, duas paixões

Ao completar 79 anos (nasceu na cidade de Guarulhos-SP no dia 26 de outubro de 1940), Antônio Rogério Magri ainda atua no sindicalismo como assessor do PTB Sindical e consultor de várias entidades sindicais. Filho de imigrantes italianos, carrega no sangue grande espírito de luta e paixão pelo que faz. Começou a trabalhar aos 15 anos na São Paulo Light Serviços de Eletricidade (depois incorporada à Eletropaulo Serviços de Eletricidade S.A.). Só tinha o curso primário. Cavava valetas para assentamento dos fios elétricos, mas sempre participou do movimento sindical. Em 1977, tornou-se vice-presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e um ano depois, em 1978, assumiu a presidência da entidade, então com cerca de 18 mil sócios. Ficou no cargo por 12 anos consecutivos, agindo com independência frente

Guedes está preparando o Brasil para ser uma Venezuela. Se der errado, todas as empresas estatais que estão sendo privatizadas serão perdidas. É uma entrega, uma operação de alto risco para implantar aqui um sistema neoliberal, o mesmo tentado por Mauricio Macri na Argentina. Não deu certo e Macri está na iminência de perder as eleições de 27 de outubro. É uma triste realidade e muitos empresários já estão percebendo que estamos embarcando em uma viagem perigosa e sem volta. A sociedade brasileira ainda vive sob a mentalidade da Casa Grande e da Senzala. Nós trabalhadores tratamos os patrões com carinho, com res-

peito. Entendemos que são eles que pagam nossos salários. Entendemos isso, mas eles, salvo algumas exceções, não entendem. Para eles, seremos sempre parte da senzala, jamais parte da elite. Podemos ser tratados com respeito em determinado cargo, não pelo que somos. A nossa relação ainda é de Casa Grande e Senzala. Todo o sindicalista precisa estar consciente disso. Não fosse assim, trabalhadores e sindicatos não teriam sido asfixiados, submetidos a uma reforma trabalhista cruel, e ainda em curso. É um cenário difícil. Nós temos que mostrar respeito, mas sem perder o espírito de luta, de garra, de indignação.



uma contundente mensagem contra a desregulamentação do trabalho no atual governo **(confira na pág. 16)** -- ****Com informações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da FGV.**

RENDA DESPENCA E NÚMERO DE SINDICATOS RECUA

Apenas 176 pedidos de registros de novos sindicatos foram protocolados até meados deste ano no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, do Ministério da Economia. E somente 106 haviam recebido o sinal verde para funcionar. O recuo em 2019 deve superar o de 2018, quando foram feitos 470 pedidos e concedidos 174 registros. Antes da reforma trabalhista entrar em vigor em novembro de 2017 (Lei 13.467/17), o número de pedidos costumava ser superior

a 750 anuais (foi de 874 em 2015, com 303 registros concedidos; de 752 em 2016, com 441 concedidos; e de 845 em 2017, com 401 concedidos). A reforma eliminou a contribuição sindical anual sem dar tempo aos sindicatos de buscar novas fontes de recursos, ficando apenas com as mensalidades dos associados. Iniciativas posteriores dos sindicatos de buscar sustentabilidade fracassaram diante de novas medidas de "asfixia" impostas pelo governo.

Em entrevista à *Mundo Sindical*, Sergio Luiz Leite, Serginho, presidente da Fequimfar (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo), revelou que, a partir da reforma trabalhista, as perdas de recursos chegam a 95% nas centrais sindicais; a 50% nas federações que participam de negociações; a quase 100% nas federações que não participam de negociações; e a entre 34% e 40% nos sindicatos.

É URGENTE GESTAR O SINDICATO DO FUTURO

*** Por Clemente Ganz Lúcio**

As empresas estão mudando a estrutura e a organização do sistema produtivo. A propriedade empresarial vai passando para novos acionistas, que estão ávidos pelo máximo lucro. Para isso, terceirizam riscos e custos. Novas tecnologias para a energia, a comunicação e o transporte criam condições inéditas para uma outra concepção de cadeia produtiva, de logística e de localização. O custo hora de um metalúrgico europeu é 25 vezes maior do que o de um metalúrgico argelino.

A inteligência artificial e a internet geram a possibilidade, em velocidade alucinante, de as máquinas ocuparem cada vez mais espaços nas atividades produtivas e passam a transformar em atividades econômicas todas as atividades humanas. A industrialização transforma, potencialmente, todas as atividades humanas em produção econômica e consumo.

Rapidamente, todas as atividades laborais passam a ser mediadas ou assistidas por máquinas e inteligência artificial. Em breve, e cada vez mais, as máquinas substituirão as atividades humanas e os humanos vão auxiliá-las.

As empresas, em velocidade estonteante, disputam mercados e aceleram mudanças para competir e ganhar o jogo da concorrência! Para isso, domínio da vanguarda tecnológica, velocidade e intensidade na redução de custos laborais. Máquinas no lugar de gente, sem custo e sem resistência.

A legislação trabalhista muda para proteger as empresas, assegurando que as mudanças ocorram sem que haja passivo trabalhista, sem mediação coletiva do sindicato. Formas flexíveis de contrato, jornada e remuneração, redução dos direitos dão às empresas a possibilidade de ajuste estrutural da força de trabalho para promover a presença crescente da máquina.

O novo sistema produtivo emerge no atual velho mundo e ganha dominân-

cia. Os sindicatos são sujeitos coletivos que nasceram e fizeram história nesse sistema produtivo que definha, morre e, ao mesmo tempo, se transforma. Os sindicatos que conhecemos definharão e morrerão junto com esse sistema produtivo.

Mas não é só isso. Os sindicatos devem ser intencionalmente colocados fora do jogo social para não atuarem e disputarem essa mudança econômica. O mundo do trabalho deve ser flexibilizado no limite do necessário, sem resistência. A lógica dominante é sair do emprego para o trabalho, da proteção social para a assistência, do direito para o mérito. Há um novo jovem trabalhador sendo ideologicamente formado, avesso ao outro e à solidariedade, individualista e sem utopia para o futuro.

O sindicato de hoje não é a organização que produzirá a resposta dos trabalhadores para esse novo sistema produtivo; os dirigentes atuais não conhecem esse novo mundo do trabalho e não serão capazes de, sozinhos, produzir a resposta sindical necessária. Sindicatos e dirigentes têm enorme dificuldade para dialogar com esses novos trabalhadores e não os compreendem.

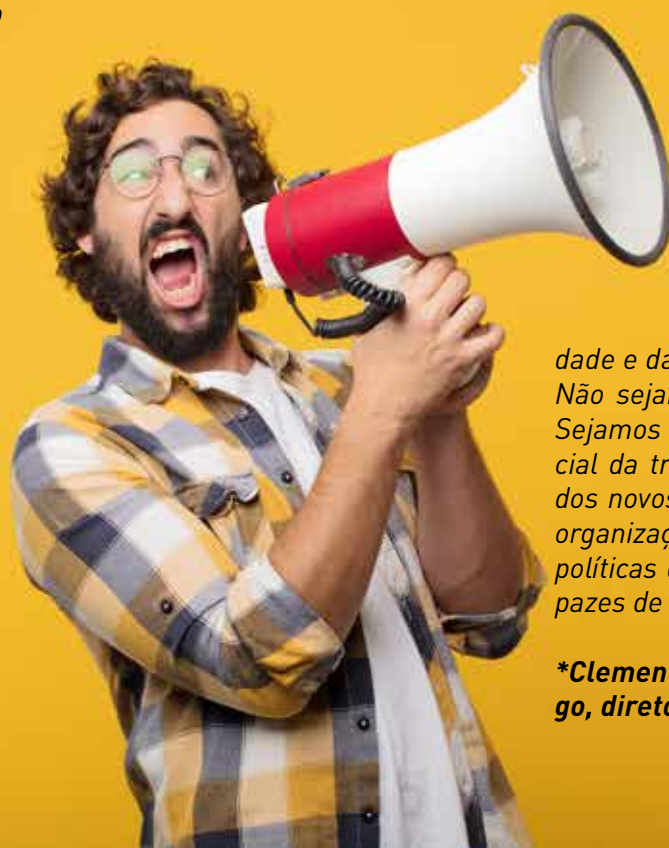
Dramaticamente, é urgente acordar! Esses sindicatos têm data marcada para morrer!

É essencial olhar para o futuro! Para ser protagonista

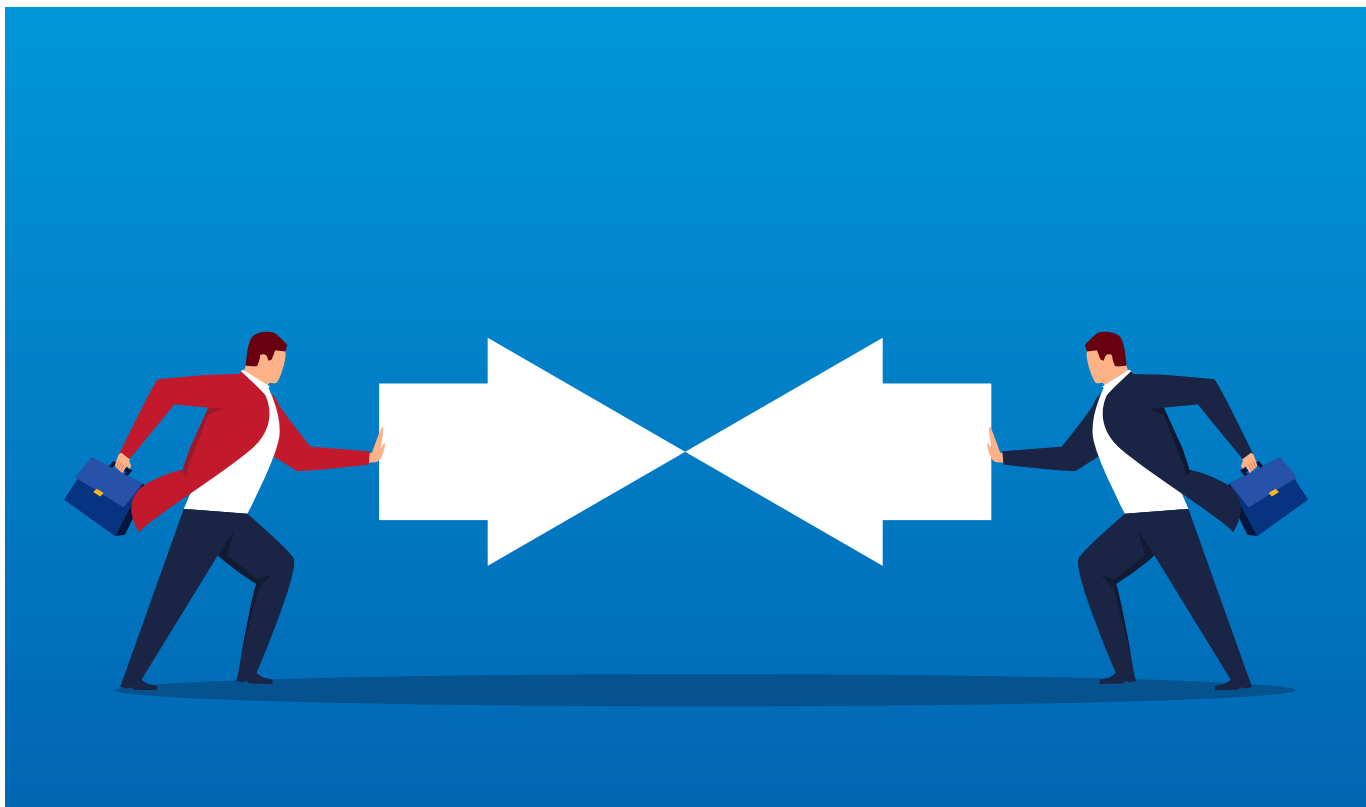
das mudanças que possibilitem aos trabalhadores, desde já, serem sujeitos da história das novas e difíceis lutas que esse outro mundo do trabalho exigirá. A utopia que leva à mudança, orientada pela justiça social, precisa do fermento da criatividade e da ousadia da invenção.

Não sejamos os coveiros da luta! Sejamos semeadores, no solo social da transformação econômica, dos novos instrumentos e da nova organização para as lutas sociais e políticas que ainda não somos capazes de imaginar, mas que virão.

***Clemente Ganz Lúcio é sociólogo, diretor técnico do DIEESE**



TRABALHADORES SE ANTECIPAM AO GOVERNO E COSTURAM SUA PROPOSTA DE REFORMA SINDICAL



A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, comandada pelo ex-deputado federal Rogério Marinho, já prepara propostas de reforma sindical e de nova reforma trabalhista. Incluiriam todas as mudanças que ficaram para trás na reforma trabalhista de 2017 (Lei 13.467/17), na Medida Provisória 873 (que caducou sem ser apreciada) e na MP 881 (a da Liberdade Econômica), que tentou impor uma nova reforma trabalhista (veja pág. 20). Um Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet) foi instalado em 30 de agosto, com a participação de ministros, desembargadores e juízes. Será dividido em quatro grupos temáticos, coordenados pelo ministro do TST Ives Gandra Martins da Silva Filho. A ideia é “modernizar” ainda mais as relações trabalhistas e dar segurança jurídica às mudanças. A expec-

tativa é que a proposta inclua o fim da unicidade sindical. A “O Estado de S.Paulo”, o ministério confidenciou que ela vai atualizar o segmento à “realidade do século 21”.

Sem esperar o que o Gaet vai propor para os sindicatos, um grupo de especialistas ligado à defesa dos interesses dos trabalhadores e do sindicalismo está costurando a apresentação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) alternativa. É uma mudança de dentro para fora, ou seja, nascida dentro do próprio movimento sindical.

O grupo já manteve encontros com empresários, trabalhadores, presidentes de centrais sindicais e deputados federais. Há um enorme esforço para que a proposta ganhe apoio das mais diversas forças políticas e partidárias, incluindo não apenas a esquerda, mas também o centrão e até re-

presentantes da direita no Congresso.

Um primeiro esboço da PEC já estaria pronto e circulando entre as partes interessadas, incluindo o Judiciário. O formato final deve estar concluído até outubro. A *Mundo Sindical* apurou que o eixo central da PEC carrega uma mudança de cultura no meio sindical. A atual estrutura sindical cederia lugar a um Conselho Nacional de Organização Sindical. A ideia inicial é que esse Conselho seja integrado por seis representantes dos trabalhadores e seis representantes de empresários, mas essa composição poderá mudar durante as negociações.

Caberia a esse Conselho cuidar dos mais diversos interesses e necessidades dos sindicatos, incluindo estatutos, eleições e todas as formas de regulamentação e representação dos trabalhadores. Para isso, a PEC

poderá incluir uma mudança no artigo 8º da Constituição de 1988 – a expressão “é livre a associação profissional ou sindical” seria substituída por “é assegurada a plena liberdade sindical”, aceitando até mesmo alguma forma de pluralismo sindical, desde que respeitados parâmetros que evitem a multiplicação de sindicatos não representativos, prejudicando os interesses dos trabalhadores. Por exemplo, um sindicato de trabalhadores ou patronal somente poderia existir se representasse 50%, mais um, de determinada categoria local.

A PEC em construção também prevê um período de transição de 5 a 10 anos para a nova estrutura sindical. A exigência de re-

presentatividade seria de 10% no primeiro ano e iria crescendo até atingir os 50% mais um ao final do período de transição.

A filosofia que está por trás do trabalho do grupo de especialistas é que se pode criar um novo movimento sindical no Brasil, adaptado a um país de dimensões continentais, totalmente desvinculado da administração pública - um sindicalismo livre, transparente e capaz de representar todas as regiões do país. Na opinião de Sergio Luiz Leite, Serginho, presidente da FEQUIMFAR (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo), ouvido pela *Mundo Sindical*, “a situação

nossa é tão ruim com o governo que se o governo fizer uma trégua conosco e disser ‘não vou te ajudar em nada, mas não vou te atrapalhar’, o governo teria dado um passo extraordinário na relação capital-trabalho.”

Há outro aspecto importante. Ao contrário do que ocorreu na tramitação e aprovação da reforma trabalhista de 2017, quando o movimento sindical confiou nas promessas do governo Temer de que haveria uma solução alternativa ao fim do imposto sindical, desta vez está sendo arquitetada com antecedência a reação ao que pode ser uma nova rasteira ao sindicalismo – sob a batuta do mesmo Rogério Marinho que foi o relator da reforma trabalhista.

Bravo Barelli

(☆25/7/1938 +18/7/2019)

* Por Clemente Ganz Lúcio

Todos somos diferentes. Humanos e igualmente diferentes.

Há um destino comum, irremediável, que a cada dia se aproxima de todos.

Durante a vida, a inteligência e a ciência nos ajudam a fazer o bem, a promover a paz e o amor, a superar desigualdades e a buscar o bem viver.

Mas a inteligência e a ciência também são capazes de nos tornar infinitamente estúpidos, ávidos por fazer o mal e a guerra, por destilar o ódio, por reproduzir a pobreza e a miséria, promover desigualdades e injustiças.

Quando a estupidez predomina, homens e mulheres se indignam, colocam-se em movimento e lutam contra ela.

Mas há homens e mulheres especiais que, diante das inúmeras formas de estupidez, são capazes de enunciar o sentido da justiça, da igualdade e do bem comum.

Há ainda homens e mulheres muito especiais porque são capazes de reunir os indignados e uni-los em torno de utopias que indicam o sentido da justiça, da igualdade e do bem comum.

Há aqueles e aquelas que fazem tudo isso durante toda a vida. Esses são bravos!

No dia 18 de julho perdemos um desses bravos, nosso companheiro Walter Barelli, que dedicou

sua vida, sua sabedoria e o conhecimento econômico para reunir e unir homens e mulheres que, em movimento, lutaram contra as inúmeras formas de estupidez humana, afirmando sempre o sentido da justiça e da igualdade.

Sua vida deixou muitas sementes, frutos e árvores.

Na vida pública e profissional, expandiu o Dieese e promoveu sua credibilidade científica com dados e análises sobre o mundo do trabalho. Foi professor na Unicamp e no Cesit, na PUC/SP e na FGV/SP, ministro do Trabalho e secretário do Trabalho de São Paulo, entre tantas outras atividades.

Seu legado é vasto e significativo para os trabalhadores. A sua ausência trará saudade. Quando reunidos, poderemos dizer: bravo Barelli, presente!

Mas há um legado que deve ser continuado: sua capacidade de reunir e unir os diferentes e indignados, para se colocarem em movimento, acreditando que vale a pena a luta pela utopia da justiça, da igualdade e do bem comum.



CENTRAIS SE MOSTRAM DIVIDIDAS

Os presidentes das centrais sindicais ouvidos pela **Mundo Sindical** sem mostram divididos sobre reformas no sindicalismo brasileiro. Há cautela de uns, defendendo o diálogo, e reações contrárias de outros, algumas muito contundentes,

em relação às Propostas de Emenda Constitucional que estão sendo negociadas dentro do governo e fora do governo por especialistas, trabalhadores, empresários, sindicalistas e parlamentares. Confira!



MIGUEL TORRES
presidente

“A Central jamais fechará suas portas para o diálogo e a negociação com um governo eleito. Porém, o atual governo não demonstra nenhum interesse para ouvir os anseios do movimento sindical e, desta forma, fica difícil. O caminho que devemos seguir é manter um amplo diálogo com o Congresso Nacional, que tem se mostrado disposto a negociar com nossas lideranças. Com a aprovação da reforma trabalhista, o imposto sindical foi extinto. Hoje, as centrais sindicais estão discutindo para que seja elaborada uma proposta de um novo modelo sindical.”



RICARDO PATAH
presidente

“O momento é de protagonismo do sindicalismo. É hora de encontrar, de forma individual e, consequentemente, conjunta, um novo caminho de atuação das entidades sindicais perante os trabalhadores e a sociedade. A união dos sindicatos é fundamental neste momento de ataque e de tentativa de deslegitimar o trabalho realizado pelas entidades sindicais. O caminho a ser trilhado rumo ao sucesso depende de estarmos juntos, de agirmos localmente, de conseguirmos cada vez mais interlocução com o Parlamento de cada cidade, cada Estado em que atuamos. Precisamos de um novo caminho sindical para defender os direitos dos trabalhadores.”



VAGNER FREITAS
presidente

“A CUT sempre esteve e sempre estará aberta a negociações, desde que levem ao fortalecimento do sindicalismo e nossa luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. O movimento sindical, pela sua natureza, não escolhe interlocutores. Por isso, não nos negaremos a manter – com governos, empresários e com nossos companheiros de jornada – um diálogo franco e ético, assentado na determinação de construir e de ampliar direitos e conquistas. Sabemos que uma nova proposta de mudanças no Direito do Trabalho e Sindical está a caminho, mas seu teor até esta data (4/9) é desconhecido. Temos consciência das transformações no mundo do trabalho, do novo perfil de dezenas de profissões e categorias em decorrência das novas tecnologias, exigindo um novo sindicalismo. Mas, mantemos a convicção de que justiça social, com crescente distribuição de renda, é ponto inegociável. Reforma modernizante não pode ser sinônimo de aumento do fosso entre ricos e pobres, nem de desequilíbrio na balança das relações capital-trabalho. Não existe democracia sem organização sindical forte e democrática.”



ANTONIO NETO
presidente

“A proposta do governo Bolsonaro de alterar o Artigo 8º da Constituição, instituindo a proliferação desenfreada na criação de sindicatos através da chamada pluralidade sindical, representa a conclusão da reforma trabalhista feita pelo governo de Michel Temer, sacramentando assim toda e qualquer chama de resistência ao completo fim dos direitos trabalhistas. Cabe ressaltar que tal proposta não é nova e encontra, inclusive, eco em parcelas da estrutura sindical, sobretudo nos setores que, de uma maneira ou outra, ajudaram o governo Temer na consolidação da reforma trabalhista e atualmente na reforma da Previdência. A proposta de instalação no Brasil do sistema do pluralismo sindical não pode ser vista apenas como um erro dogmático ou uma suposta tentativa de construção de autonomia e liberdade de organização, mas deve ser encarada como mais um crime contra a organização dos trabalhadores, à resistência contra

a ampliação da exploração do capital sobre os trabalhadores que já padecem de um crescente sistema de informalidade, desemprego, desalento e motivação para lutar contra o sistema.

Está mais do que claro que o governo, tanto o anterior como o atual, não está aberto para qualquer negociação e se tivesse não passaria de estratégia para que o movimento sindical apenas avalizasse o processo. Foi assim na reforma trabalhista e será assim em qualquer outro projeto apresentado pelo governo Bolsonaro. O *modus operandi* desse governo já é bem conhecido. Planta o caos, promete a devastação, para que as lideranças amedrontadas aceitem o seu projeto na íntegra, sua intenção real. Nesse sentido, consideramos erro gravíssimo sucumbir, sem disputar as lideranças partidárias, mostrando que o pluralismo representa o fim da sensível autonomia e liberdade sindical asseguradas pela Constituição Federal.”



PAULO BARELA
Secretaria Executiva Nacional

“É evidente que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) pretende atacar, desorganizar e liquidar os sindicatos e o movimento sindical. Para este governo de ultradireita, pulverizar e destruir a organização e luta dos trabalhadores facilitará a imposição de seu projeto de precarização do trabalho e eliminação de direitos fundamentais. Bolsonaro chegou a tentar impor a Medida Provisória 873, que estrangulava financeiramente as entidades, perdeu o prazo, mas deverá retomá-la como projeto de lei. Sabemos que seu projeto de ditadura pressupõe destruir os sindicatos livres e democráticos e o ativismo no país. Portanto, desde já somos contra a reforma Sindical. Contudo, para a CSP-Conlutas, é necessário avançar na concepção de sindicalismo livre e democrático. Os sindicatos precisam ser organizados a partir da base. A nossa Central é contra o imposto sindical que resulta no atrelamento das entidades ao Estado e na geração

de uma série de sindicatos “fantasmas”. Em nosso entender, são os trabalhadores que devem decidir, soberanamente em suas assembleias, as formas de sustentação e organização de suas entidades. Não o Estado nem o Executivo nem Parlamento. Há dois anos, durante a reforma Trabalhista, defendemos que não há o que negociar sobre a precarização do trabalho. Agora, fazemos o mesmo com a Reforma da Previdência. Também com a MP 881 da Liberdade Econômica ou liberdade para escravizar. Rechaçar tais medidas a partir das lutas e de uma Greve Geral. Para fortalecimento das entidades, defendemos a unidade dos trabalhadores em grandes sindicatos e organizações que possam enfrentar a patronal, seus governos e regimes. Assim, combateremos também a unicidade sindical, imposta por lei. Queremos a liberdade sindical, sem atrelamento dos sindicatos à estrutura do Estado.”



JOSÉ CALIXTO RAMOS
presidente

“Estamos acompanhando de perto, mas sem interferência direta, todas as propostas de reforma sindical, conduzidas de maneira sigilosa no governo e no meio sindical. Nós queremos que o governo abra a possibilidade de negociações, mas deixamos muito claro que **defendemos a unicidade sindical, sem nenhuma mudança no Artigo 8º da Constituição**. A nossa Central, Confederação, Federações e nossos sindicatos filiados, incluindo os que representam servidores públicos, sempre defendemos a unicidade por categoria e também a contribuição compulsória. Não abriremos mão desses princípios. Exigimos que o governo abra negociações de fato, nos ouça, ao contrário do que fez o governo Temer durante o processo de aprovação da reforma trabalhista, em 2017. Além de destruir direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas,

destruiu a sustentabilidade do movimento sindical, ao eliminar a contribuição sindical anual. Da mesma forma, agiu o governo Bolsonaro, que enterrou o Ministério do Trabalho e tentou asfixiar de vez os sindicatos com a Medida Provisória 873 (aquela que proibia o desconto em folha das mensalidades dos filiados, determinando a cobrança por boleto). Felizmente caducou, sem ser aprovada pelo Congresso. Tudo o que estai aí nunca foi negociado conosco. Agora, parece que estamos no mesmo caminho. Se vier uma Proposta de Emenda Constitucional imposta de cima para baixo, não a aceitaremos e muito menos o fim da unicidade. Pelo mesmo motivo também nos retiramos dos debates em andamento entre centrais, parlamentares, representantes de empresários e trabalhadores. Rejeitamos qualquer forma de pluralidade sindical.”



ADILSON GONÇALVES DE ARAÚJO
presidente

“Somos absolutamente contra o fim da Unicidade Sindical e defendemos com a mesma ênfase o Artigo 8º da Constituição Cidadã, que infelizmente está sendo desconstituída pelo governo da extrema direita, que aprofunda a obra golpista inaugurada por seu antecessor, o golpista Michel Temer. A direção da CTB não tem dúvidas de que, a pretexto de modernizar a estrutura sindical e aumentar a representatividade das organizações da classe trabalhadora, Bolsonaro e Cia pretendem dividir e fragilizar ainda mais o movimento sindical brasileiro. É um novo golpe no sindicalismo e tem o mesmo sentido político da extinção da Contribuição Sindical, imposta pela reforma trabalhista, e da MP 873, cuja finalidade era o estrangulamento financeiro dos sindicatos. Enfraquecer as organizações sindicais é parte essencial à estratégia das classes dominantes para aplastar a resistência ao retrocesso e facilitar a empreitada golpista de restauração neoliberal. O golpe de 2016 foi fundamentalmente um golpe do capital contra

o trabalho claramente ofensivo à soberania nacional e à democracia. O fim da unicidade sindical é um novo capítulo do golpe anunciado na sequência da reforma trabalhista, do congelamento dos gastos públicos e da reforma da Previdência, que ainda tramita no Senado. Vamos resistir e nossa posição está traduzida no manifesto divulgado no último dia 21, que também foi subscrito pelos presidentes da Nova Central, José Calixto Ramos, e da CGTB, Ubiraci Dantas Oliveira (Bira). Este governo não tem qualquer interesse em consultar representantes da classe trabalhadora. Comporta-se como inimigo declarado. Não há canais de diálogo com o movimento sindical. Não há negociação e é evidente o desejo de liquidar direitos e debilitar a organização sindical. A MP 881 é mais um exemplo. Não temos outra alternativa senão o da luta sem quartéis contra o retrocesso, em defesa da educação, do desenvolvimento, do meio ambiente, dos direitos sociais, da democracia e da soberania nacional.”



**UBIRACI DANTAS
OLIVEIRA (BIRA)**

presidente

“O governo Bolsonaro ameaça enviar uma PEC que revoga o artigo 7º e o artigo 8º da Constituição Federal, destrói a unicidade sindical e empurra para votar no Congresso o chamado pluralismo sindical. A unicidade sindical é o sistema em que um único sindicato representa toda categoria, negocia e defende os direitos de toda categoria. É a garantia em Lei da unidade dos trabalhadores. É a proteção legal contra a interferência e subordinação ao patrão, ao estado e aos lobbies divisionistas, políticos e financeiros na organização dos trabalhadores. É o que de mais evoluído e civilizado existe nas relações trabalhistas. O chamado pluralismo, que de pluralismo não tem nada, pois trata-se de portas escancaradas para a divisão nas negociações e mobilizações, é um retrocesso à era pré-getuliana. É o neoliberalismo radical aplicado à organização dos trabalhadores. É a lei da selva, onde o centro se desloca da luta contra a ganância do capital para a concorrência entre os trabalhadores. Esse governo quer arrancar o couro do trabalhador para garantir

superlucros aos monopólios nacionais e estrangeiros. Depois da terceirização total, fim de quase toda legislação trabalhista, detonou o direito à aposentadoria, liberou o trabalho aos domingos, acabou com a fiscalização ao cumprimento das leis trabalhistas etc. É para impor a escravidão que acabou com o sistema de financiamento das entidades sindicais e quer acabar com os sindicatos. Desse jeito só vai afundar mais o Brasil. Há cinco anos o Brasil não cresce. Aumenta a exploração e as empresas não têm para quem vender. Está destruindo nosso mais poderoso patrimônio: o mercado interno. São 13 milhões de desempregados, 30 milhões vivendo de bico. A indústria, que já foi 30% do PIB, hoje é 10%. Quer privatizar o Banco do Brasil, os Correios, a Petrobrás e mais de 100 estatais. Está cortando verba da Educação, Saúde e deixando desmatar a Amazônia. Basta! É preciso colocar um limite nesse governo. O caminho é a resistência! Para impedirmos o golpe precisamos que 205 deputados dos 513 NAO VOTEM nesse esbulho. Viva a Unicidade Sindical!”

SINDIMAIIS 2019 DEBATE FUTURO DO TRABALHO E ESTRUTURA SINDICAL

O mundo do trabalho no Brasil de hoje e o novo sindicalismo, com as mudanças de normas e as novas tecnologias, darão o tom dos debates no Sindimais 2019, em 31 de outubro, em São Paulo, no Maksoud Plaza Hotel (rua São Carlos do Pinhal, 424 - Bela Vista). A expectativa é atrair um público maior do que na primeira edição do encontro, em 2018, que recebeu cerca de 400 participantes. Entre os palestrantes e debatedores já estão confirmados, entre outros, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, os deputados federais Tabata Amaral e Paulo Pereira da Silva, o economista Bernard Appy, além de presidentes de centrais sindicais e advogados.

O conteúdo do seminário envolve uma palestra sobre “O futuro do trabalho: Mudanças e perspectivas diante de um novo mercado de trabalho” e quatro painéis, dois pela manhã e dois à tarde - “Relações de Trabalho no Brasil de hoje: Análise

da conjuntura atual à luz das recentes mudanças legislativas”; “Presente, passado e futuro: Um olhar sobre o mundo do trabalho diante de um tempo marcado pelo avanço da tecnologia digital”; “A Reforma da Estrutura Sindical”; e “Reforma Tributária: Expectativas para o desenvolvimento econômico do Brasil”. Também funcionará no local uma Feira de Negócios, que ajudará a promover muito networking entre empresários, sindicatos patronais e de trabalhadores, profissionais de RH e do poder público.

Para Paulo Pereira da Silva este é “o maior evento sindical do ano, com a participação dos maiores economistas e sindicalistas do Brasil. Vamos debater a reforma da estrutura sindical. Precisamos construir uma estrutura sindical moderna que possa realmente representar e defender os interesses dos trabalhadores”.

(Mais informações no portalsindimais.com.br)

MANTER DIREITOS É FUNDAMENTAL, ALERTAM EX-MINISTROS DO TRABALHO

A importância da manutenção de direitos sociais e trabalhistas para que a economia do país volte a gerar crescimento e empregos foi enfaticamente defendida por sete ex-ministros do Trabalho que, em meados de agosto, se reuniram em Brasília, na sede da OAB Nacional, a convite do presidente do Conselho Federal da entidade, Felipe Santa Cruz, e da presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), Alessandra Camarano.

No encontro - “Desregulamentação e Trabalho no Brasil – foram debatidos os desafios enfrentados hoje pelo mundo do trabalho, a começar pelas mudanças na legislação trabalhista e o fim do Ministério do Trabalho. Participaram Antônio Rogério Magri (1990/1992), Paulo Paiva (1995/1998), Jaques Wagner (2003/2004), Ricardo Berzoini (2004/2005), Carlos Lupi (2007/2011), Miguel Rossetto (2015/2016) e Caio Vieira de Melo (2018).

“A OAB defende a livre iniciativa, está na Constituição Federal e entendemos que é importante dar maior dinamismo ao mercado brasileiro. Acelerar a economia é fundamental e talvez seja a única saída neste momento. Agora, não podemos, sob o discurso liberal radicalizado, desconsiderar décadas do Direito do Trabalho e de luta da classe trabalhadora. A saída dessa crise não é a destruição de todo e qualquer paradigma de Direito Social. Pelo contrário, a destruição pode nos remeter a momento de crise ainda mais aguda. É esse quadro de barbárie que pode se estabelecer se as relações de trabalho forem desorganizadas”, afirmou Santa Cruz.

Para o presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais, Antônio Fabrício, o “Direito do Trabalho serve para criar um patamar mí-



Foto: Eugênio Novaes - OAB

nimo civilizatório e para permitir a distribuição de renda na sociedade. Estamos vendo essas coisas serem tratadas sem a preocupação devida no Brasil”. Carlos Lupi foi incisivo: “Que sociedade é essa em que se extingue o Ministério do Trabalho porque o ‘mercado’ acha isso necessário, e ninguém se rebela contra isso? O fim da pasta e o fim dos sindicatos representam também o fim do direito à vida para muitos trabalhadores brasileiros.” Os ministros foram unânimes nas críticas, duras, ao fim do Ministério do Trabalho, “um órgão de Estado e não de governo”, e ao desmonte dos direitos dos trabalhadores. Deixaram isso muito claro na carta divulgada ao final do encontro, no qual também foi constituído um fórum permanente de ex-ministros da pasta, com o objetivo de criar diálogo permanente para debater o futuro do mundo do trabalho.

Afirma a carta que, como órgão de Estado, deve o Ministério do Trabalho e Emprego ter e possuir a competência para definir as normas relativas à segurança e ambiente do trabalho. “É um elemento de garantia do cumprimento da legislação especial que se construiu ao longo das décadas para a proteção ao trabalho, como assim impõe a

Constituição da República.”

Traduzindo o equilíbrio que marcou a reunião, afirma ainda a carta que “o combate ao desemprego, um dos principais males da organização social, implica investimentos nas políticas de trabalho, prestígio a todas as modalidades, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa... para o bom desenvolvimento de todas as atividades empresariais que mantenham relações saudáveis com o trabalho”. Com essa visão a carta não poupa o desmanche das políticas de proteção social. “A escravidão é chaga que marca o passado histórico, tem seus resquícios presentes e precisa ser extirpada em futuro breve, não se justificando qualquer medida de distensão do combate às formas modernas análogas à escravidão.” Conclui dizendo que “o fim do Ministério do Trabalho é simbólico para marcar o início do obscurantismo”. E faz um alerta: “É preciso resistir. Separar, nas propostas alusivas a um mundo do trabalho em transformação, joio de trigo. Proteger em justa medida o trabalho, reconhecendo o seu caráter dinâmico, é o grande desafio dos dias atuais.” *(Com informações da OAB Nacional)*

TEMPOS DIFÍCEIS, DE ÂNSIA DESTRUTIVA

Confira a seguir síntese do pronunciamento feito no encontro pelo ex-ministro Magri



“Muito me honra estar presente neste magnífico evento, em que pese o TRABALHO, tema a ser hoje aqui tratado, estar sofrendo ataques os mais diversos.

O que me parece é que o objetivo do atual go-

verno é tornar a regulação do trabalho algo desprovido de sentido, como se a causa dos problemas brasileiros fossem as relações de trabalho - os direitos ali inseridos, resultantes de conquistas da classe trabalhadora - e não um modelo socioeconômico perverso que está tornando o trabalho cada vez mais precário e destruindo tudo o que há entre nós de processo civilizatório. E inclusive pondo em risco a nossa existência como nação soberana e nos empurrando novamente ao período da colônia que um dia fomos.

De fato, senhoras e senhores, vivendo tempos difíceis. Quero crer que a realidade que vivemos não se aplica apenas ao Brasil, mas ao mundo, se consideramos as mudanças no campo político, econômico e social em muitas nações, onde, até pouco tempo atrás, parecia que a classe trabalhadora caminhava em direção ao Paraíso. O que vemos hoje são verdadeiros retrocessos no seu sentido mais profundo.

Mas no caso específico brasileiro as coisas por aqui tendem a se agravar, dadas as condições históricas que nos conformam como povo e nação.

No tocante à desregulamentação do trabalho, vejo que o atual governo apenas dá continuidade ao que vinha sendo feito pelo seu antecessor, como o aprofundamento da crise econômica e política instalada a partir de 2015 e que parece não ter data para terminar. Digo isso porque, em pese ter sido ministro do Trabalho e da Previdência Social, minha origem é operária e minha experiência política é fundamentalmente sindicalista.



Sendo assim, vejo com preocupação o terrível revés que vem ocorrendo em relação aos direitos e aos organismos de

representação dos trabalhadores, no caso os sindicatos. Nesses casos, a ânsia destrutiva é tamanha que se deseja levar de roldão os sindicatos, o Ministério do Trabalho, já eliminado, e a própria Justiça do Trabalho, hoje ameaçada de extinção pelo atual governo.

Isso representa tremendo retrocesso e imenso desafio à classe que vive de salário, bem como aos seus organismos de representação, no tocante às conquistas que, em grande medida, resultam no amparo protetivo estatal,

vez que de uma relação política e juridicamente constituída tem-se agora e doravante um imenso contingente humano desprovido de direitos e entregue ao deus-dará. Inclusive valores e princípios que norteiam a democracia e inseridos na Constituição são colocados em permanente risco.

A quem interessam esses ataques aos direitos sociais e trabalhistas, aos sindicatos, ao Ministério do Trabalho e à própria Justiça do Trabalho em si, como instrumentos de regulação dessas relações, senão a uma elite empresarial insensível e gananciosa que não admite de maneira nenhuma a participação da população na vida econômica e social do país, exceto como mão de obra barata, sem direitos, e caminhando para condições análogas à escravidão?



A classe dominante brasileira possui uma característica muito particular.

Quando alguém a

questiona (se insurge contra suas arbitrarias decisões), ela joga sujo, aplica golpe baixo, atira areia nos olhos do adversário para voltar ao centro do ringue e vencer o embate. Mesmo vencendo a luta, ainda que de forma desleal, ela não aceita ter sido desafiada e joga baixo, utiliza o aparelho do Estado (polícia, juiz, promotor) e até grupos privados (jagunços) para prender, condenar, banir, vi-

sando extinguir de vez o adversário, de modo a servir de exemplo aos demais para que não ousem repetir aquela experiência. Infelizmente tem sido assim ao longo da história do Brasil.

Na colônia e Império, o indivíduo considerado insurgente era morto e tinha o corpo esquartejado e seus pedaços pendurados em postes. Um escravo quando fugia e era recapturado era levado ao pelourinho - e convocavam-se os demais escravos a assistir a surra que o infeliz ia tomar. O objetivo era servir de exemplo para que tal não mais viesse a se repetir. Essa mentalidade está impregnada nos filhos e netos dos escravocratas que continu-

RETROCESSO

CLASSE DOMINANTE

am mandando e desmandando nesse país. Chegamos a ser a oitava economia do mundo, mas a mentalidade da elite permanece a mesma dos séculos XVIII e XIX. Basta que olhemos o que ocorre nas greves operárias, qual a reação dos patrões (netos e bisnetos dos senhores de escravos).

Mesmo sabendo que a greve é um direito constitucional, eles usam de intimidação, chamam a polícia,

usam a justiça, a lei penal, para acabar com o movimento, prender lideranças. O mesmo ocorre com líderes sem-terra, sem-teto, indígenas que até mandam matar. Começaram a cair as conquistas sociais já existentes como espécie de castigo, de vingança contra o povo, para que não ouse nunca mais votar em candidatos progressistas, em querer ter direitos, em aprofundar o processo democrático.

SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

Por isso mesmo, o maior desafio é como garantir condições para uma relação minimamente equilibrada entre capital e trabalho quando se tem uma crise econômica com cerca de 30 milhões de desempregados e subempregados, 64,1% das famílias brasileiras endividadas, indústrias fechando as portas, PIB nacional próximo da estagnação, direitos previdenciários e trabalhistas sendo desconstruídos e nenhuma proposta factível vinda do governo que mude a realidade econômica e ofereça perspectiva de futuro ao país.

O que se apresenta ao distinto público é o aprofundamento de situação insustentável. Não bastasse a reforma trabalhista que precarizou de maneira brutal as condições de trabalho no Brasil, veio em seguida a reforma da Previdência e agora uma “nova” proposta que apenas aprofunda o que já está ruim no âmbito das relações de trabalho. Refiro-me à Medida Provisória (MP) 881, apelidada de “MP da Liberdade Econômica”. (Leia na pág. 14).

Hoje, são 13,5 milhões de desempregados, mais outro tanto de subempregados. Essa situação nos empurra, não para o fundo do poço, mas para um poço sem fundo no tocante ao desenvolvimento econômico, a garantia de trabalho digno, de cidadania social assegurada. E tudo isso em nome de uma modernidade que tem por objetivo aumentar a produtividade e concentrar a renda. O que implica em desigualdade, expansão da miséria, precarização dos empregos, arrocho salarial,

aumento da jornada de trabalho e o surgimento de doenças ocupacionais dos mais diversos tipos.

Contra o trabalho regulamentado existem vários aspectos que se coadunam para dar o resultado que está posto - a começar pela disputa de mercado entre grandes empresas, aliada ao desenvolvimento tecnológico e à redução de custos que não vêm para contribuir com a melhora das condições laborais, gerar empregos, mas para assegurar a reprodução ampliada do capital e precarizar ainda mais as condições de trabalho.

Em outras palavras, o que se vê neste momento crucial é toda uma legislação sendo modificada para proteger os interesses de empresas em prejuízo da força de trabalho.



Foto: CUT

LUTA SOCIAL

Entendo que, a despeito de tudo, é preciso resistir. E isso deve se dar por meio da reorganização da luta social. Para tanto, é preciso que os instrumentos de



representação dos trabalhadores sofram a necessária transformação, se reinventem, não com o olhar no passado, mas pensando e elaborando novas estratégias centradas na luta em prol de justiça social agora e para o futuro.

Nesse sentido, será de grande importância a parceria dos diversos atores que operam no âmbito do Direito, com destaque para esse universo que chamamos de MUNDO DO TRABALHO e no qual estão sindicalistas e advogados, especialmente os trabalhistas. Essa luta conjunta se faz necessária ao que está posto e apenas no começo. É preciso seguir lutando em prol de um país com desenvolvimento econômico sustentável, justiça social, respeito ao meio ambiente, em prol de nós mesmos e das gerações futuras!”

PTB REASSUME PROTAGONISMO DO MOVIMENTO SINDICAL



É um partido que tem história, afirma o presidente estadual e secretário-geral nacional do PTB, deputado Campos Machado

Líder do PTB na Assembleia Legislativa de São Paulo, presidente estadual e secretário-geral da Comissão Executiva Nacional do partido, o deputado Campos Machado revela os novos objetivos do PTB Sindical, departamento do partido cuja finalidade é fortalecer o movimento sindical e a luta pelos direi-

tos trabalhistas. Em seu oitavo mandato, Campos Machado é autor de mais de 4.500 proposições legislativas na Assembleia de São Paulo, incluindo centenas de Projetos de Lei em tramitação e 264 Leis aprovadas, muitas delas de repercussão nacional. Confira entrevista à Mundo Sindical.

Mundo Sindical - O que o moveu a criar o PTB Sindical?

Campos Machado - Fomos o primeiro partido a ter um departamento especificamente voltado para as demandas do trabalhador e do movimento sindical. Apesar de ser uma iniciativa moderna e inovadora, é preciso ressaltar que o PTB é o partido mais histórico e tradicional do país e que a defesa do trabalhador e luta dos sindicatos são bandeiras indissociáveis do PTB. Até porque todos os direitos trabalhistas, férias, décimo terceiro, voto feminino, Consolidação das Leis Trabalhistas como um todo fazem parte do legado petebista ao nosso Brasil. É um partido que tem história.

MS - Como o partido pode ajudar a reconstruir o sindicalismo?

Campos Machado - O PTB foi o partido que mais cresceu nas últimas eleições municipais nesse Estado. São 170 prefeitos e vices, 600 vereadores e 333 mil filiados em São Paulo. O partido vive seu melhor momento e sempre reconhecemos o movimento sindical como aliado fundamental na defesa pelos direitos do trabalhador. E, agora, temos em nosso quadro partidário, grandes lide-



ranças do movimento sindical, estamos reassumindo esse protagonismo histórico no segmento.

MS - Quando o PTB Sindical foi criado? Como funciona?

Campos Machado - Criado em setembro de 2007, o PTB Sindical tem atuação estadual, mas com trabalho de repercussão nacional. Atualmente, o departamento é presidido por Norival Silva, que também é presidente da Federação dos Caminhoneiros do Estado, com mais de 600 mil associados, e coordenado pelo ex-ministro do Trabalho, Rogério Magri, uma das maiores autoridades do país quando se trata de movimento sindical.

MS - Quais as estratégias para levar aos trabalhadores as bandeiras do trabalhismo?

Campos Machado - Estamos realizando a maior campanha de filiação da história do PTB em São Paulo e as lideranças sindicais estão ao nosso lado e compreendem que é o momento de o movimento sindical se engajar na política partidária. É dessa forma que continuaremos fazendo história para os trabalhadores.

MS - Quantos departamentos tem o PTB? Quantos filiados no país?

Campos Machado - O partido tem 25 departamentos - o das mulheres, por exemplo, é hoje o maior movimento de mulheres do país. É presidido pela amiga Sandra Campos, mulher combativa no movimento sindical, à frente da FETRABRAS (Federação Nacional dos Trabalhadores Cooperados). Temos o departamento Inclusão Social, o PTB Jovem, o PTB Inter-religioso, entre outros. Todos têm papel fundamental de interlocução com os mais diversos setores da sociedade e para contribuir na formulação de políticas públicas. Somos mais de 1 milhão de filiados, em âmbito nacional. E o PTB de São Paulo é um dos grupos políticos mais fortes do Brasil.

NOVA FILOSOFIA

“O PTB tem uma história pioneira de luta ao lado dos trabalhadores”, afirma Norival de Almeida Silva, presidente do PTB Sindical. Foi fundado em maio de 1945. “Com o passar do tempo, outros partidos incorporaram suas bandeiras. Hoje, estamos aperfeiçoando nossas estratégias e nosso jeito de ser, com nova filosofia, para estar ainda mais próximos dos anseios dos trabalhadores neste momento difícil que o mundo do trabalho enfrenta.”



Lei da Liberdade Econômica

COM TRAPALHADAS, SENADO APROVA A MP QUE REDUZ BUROCRACIA E TAMBÉM DIREITOS

Polêmica se concentrou na questão do trabalho aos sábados e domingos; intervenção da Anamatra forçou recuo e reduziu insegurança jurídica

Foto: Ana Volpe/ Senado



Em meio a trapalhadas e recuos após a votação, o Senado Federal aprovou, em 21 de agosto o projeto de lei (PLV 21/2019), decorrente da Medida Provisória 881/2019, conhecida como MP da Liberdade Econômica. O texto promoveu mudanças no Código Civil, em regras dos fundos de investimento e mexeu na legislação trabalhista, objetivando, conforme se argumentou, a desburocratização e a simplificação de processos para empresas e empreendedores.

Em relação à liberdade econômica, inicialmente o único alvo da MP, as mudanças, polêmicas ou não, foram em geral positivas para as empresas.

Entre outros itens, incluíram a autorização para o funcionamento das agências bancárias aos sábados (já contestada pelo sindicato da categoria); a substituição do eSocial por um sistema simplificado; a isenção de alvarás e licenças para negócios de baixo risco, como bares, borracharias e startups; a definição de que somente

o patrimônio social da empresa responderá por dívidas, sem confundir com o patrimônio do titular, exceto em casos de fraude; a introdução do CPF na Carteira de Trabalho, como documento de identificação do empregado; redução de exigência de anotação do ponto – somente para empresas com mais de 20 funcionários; e revogação de 25 dispositivos da CLT, incluindo a exigência de inspeção prévia de segurança e medicina do trabalho para início de atividades.

TRAPALHADAS

Em relação às mudanças na legislação trabalhista, no entanto, a polêmica começou na Câmara. Devido ao excesso de penduricalhos que recebeu, a Medida Provisória, inicialmente destinada a desburocratizar o dia a dia das empresas, chegou a ser batizada de “minirreforma trabalhista”.

No texto aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado, o eixo da discórdia se concentrou na liberação do trabalho aos domingos e feriados. Tanto que a aprovação no Senado ocorreu após acordo para suprimir da proposta os artigos que acabavam com a restrição do trabalho

nesses dias. Para Simone Tebet (MDB-MS), era “um corpo estranho”. Tratamos de “uma medida de liberdade econômica, e não de uma reforma trabalhista”, disse a senadora à Folha de S.Paulo. A supressão foi um avanço, mas aí começaram as trapalhadas. O texto final, divulgado dois dias

depois, incluiu a revogação de dispositivos das Leis nº 605/1949 e 10.101/2000 e da própria CLT, que tratavam do tema, contrariando o que prevê a Constituição Federal. A reação, imediata, veio da presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juíza Noemia Porto, que encaminhou ao

presidente da República pedido de veto parcial ao texto do projeto de lei de conversão.

“As mudanças criariam um ambiente de insegurança jurídica. Caso os dispositivos não fossem vetados ou retirados, porque inconstitucionais, haveria a situação inédita de o Senado ter aprovado um coisa e o texto final, com

a lista de revogações, significar outra”, explicou na ocasião.

A Constituição Federal prevê como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.

NOVO TEXTO

O alerta soou no Senado, que decidiu enviar à Presidência da República alterações ao texto final do projeto de lei (PLV 21/2019). A decisão foi tomada pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que acautou questão de ordem apresentada em Plenário em 3/9, apontando erro material em decorrência de supressões que foram feitas ao texto.

Com isso, foram retiradas do

texto final as revogações feitas em diversos dispositivos da CLT e das Leis 605/49, 4.178/62 e 10.101/00. Essas revogações acabavam com a restrição do trabalho aos domingos e feriados e criavam entraves ao percebimento do acréscimo legal de no mínimo 50% na remuneração do serviço extraordinário e ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

“A retirada pelo presidente do

Senado significa a boa adoção da técnica legislativa, considerando que, durante os debates acerca da MP da Liberdade Econômica naquela Casa, a questão dos domingos e feriados sofreu substancial alteração, comparado ao que havia sido aprovado pela Câmara. Feitas essas mudanças restam preservados os domingos e feriados como dias preferenciais de descanso”, diz Noemia Porto.

FRAUDES

Outras previsões do texto, contudo, ainda são preocupantes e afetam direitos e garantias fundamentais contidos na Constituição, avalia Noemia, entre elas o “ponto por exceção”, que prevê que o horário de chegada e saída do empregado só será registrado se houver horas extras, atrasos, faltas e licenças. O registro de entrada e saída, por sua vez, somente será exigido de empresas com mais de 20 funcionários. “As medidas podem prejudicar a fiscalização e o adimplemento de horas extras, bem como a produção de provas, caso o trabalhador acione a Justiça do Trabalho, estimulando fraudes”, diz a juíza.

Na avaliação da presidente da Anamatra, essa “invisibilidade do descontrolado”, afeta a possibilidade da fiscalização do trabalho e poderá potencializar, inclusive, conflitos sociais e ações judiciais. “É um paradoxo criticar o número de ações judiciais no Brasil, mas, ao mesmo tempo, prejudicar a fiscalização. Se existe preocupação



Foto: Anamatra

Noemia Porto, presidente da Anamatra, evitou erro no PLV 21/2019

com o aumento das ações judiciais, ela deve ser proporcional ao incremento e ao fortalecimento da etapa anterior à judicialização, que é justamente a da eficiente fiscalização”, aponta.

Mudanças feitas pelo texto aprovado ao Código Civil também podem afetar os direitos trabalhistas, explica a presidente. Isso porque o incidente de desconsideração da personalidade jurídica só poderá ocorrer em caso de abuso.

“A mudança corrobora o cenário de inadimplemento do pagamento dos créditos trabalhistas, distanciando o trabalhador do recebimento de direitos sistematicamente violados. Subverte-se, portanto, o equilíbrio protetivo que a Constituição Federal exige, sacrificando direitos de caráter alimentar em detrimento de preocupações meramente econômicas”, alerta Noemia Porto.

(Com informações da Anamatra)

“TRABALHADOR PRECISA ESTAR CONSCIENTE DE QUE O SINDICATO É A ÚNICA DEFESA QUE ELE TEM”

Sindicato forte é sindicato que luta e trabalha por sua categoria, que defende os direitos dos trabalhadores. É assim que poder ser definido o Sindicato dos Condutores em Transportes Rodoviários de Cargas Próprias de São Paulo (Sindicapro).

A atual diretoria, que assumiu um novo mandato por quatro anos, se preocupa com o trabalhador em todas as questões que lhe dizem respeito, incluindo cuidados com sua saúde. A sede do sindicato conta até com um consultório odontológico que chega a atender 600 pessoas por mês.

O secretário-geral da entidade, Jorge Aparecido, comenta que o investimento que o sindicato faz é para benefício do trabalhador. “Nós investimos todos os recursos que vêm da contribuição dos associados. Voltam para eles. Por isso, nós criamos nosso laboratório de prótese ortodôntica, por isso temos dentista próprio.”

Esses benefícios e outros mostram um sindicato comprometido com o trabalhador e seus familiares, mas isso só é possível porque seus dirigentes têm uma atuação firme, mesmo em meio às dificuldades que o sindicalismo enfrenta desde a Reforma Trabalhista de 2017. “Nós sentimos o choque e a queda de recursos provocada pela extinção do imposto sindical anual, que nós usávamos para a melhoria da entidade. Mas foram os benefícios oferecidos ao trabalhador, nosso modelo assistencial, que garantiram a preservação de um número significativo de sócios. E não tivemos problema algum para conseguir dos nossos



Foto: Sindicapro

Carreata com 100 caminhões marca Dia de São Cristóvão

Há 10 anos, o Sindicapro realiza uma carreata para comemorar o dia 25 de julho, dia de São Cristóvão, que é o padroeiro dos motoristas. A carreata desse ano teve a presença do senador por São Paulo, Major Olímpio (PSL-SP). Jorge Aparecido afirmou que essa 10ª edição foi a melhor já realizada até agora. “Nós tínhamos aproximadamente 100 caminhões. Imagens da carreata deste ano serão utilizadas em uma série de televisão chamada “13 canções”, que será exibida na TV Brasil. A carreata será mostrada na canção “Estrada da Vida”, da dupla sertaneja Milionário e José Rico.

associados autorização individual para o desconto da contribuição mensal”, afirmou Jorge.

O secretário-geral referiu-se à MP 873, que já caducou, mas que trouxe dificuldades para todos os sindicatos ao obrigá-los a enviar boleto de cobrança da contribuição para cada trabalhador. Isso fez com que os sindicatos tivessem queda expressiva na entrada de recursos. Alguns foram obrigados a cortar benefícios e a vender parcelas do patrimônio.

Não foi o caso do Sindicapro, mostrando que quando o sindicato trabalha pela categoria, nem mesmo uma MP como a 873 pode atrapalhar. “Para nossa surpresa, alguns trabalhadores vieram até aqui na sede pagar a contribuição mensal. Eles não querem perder benefícios oferecidos e fa-

zem questão de contribuir com a entidade”, disse Jorge.

O trabalhador precisa compreender que desde o governo Temer e principalmente no atual governo, os direitos trabalhistas estão sendo suprimidos - e com a ilusão de que, com menos direitos, haverá mais empregos, algo que ainda não foi mostrado. “O trabalhador precisa se conscientizar de que o sindicato é a única defesa que ele tem. Somos nós do movimento sindical que sentamos com o patronal para negociar convenções e acordos coletivos”, sentenciou o secretário-geral.

No próximo ano, em 2020, o sindicato completa 25 anos de história com a certeza de estar realizando um ótimo trabalho em benefício dos trabalhadores da categoria.

Desigualdade

Escalada da Desigualdade, estudo do Centro de Políticas Sociais da FGV, coordenado por Marcelo Neri e divulgado em agosto, revelou que pelo 17.º trimestre consecutivo a desigualdade de renda cresce no Brasil. É o ciclo mais longo no país. A perda da renda média acumulada foi de 3,71%. Pelo Índice de Gini, o crescimento da desigualdade de 2014 a 2019 seguiu ritmo similar, mas inverso, ao da queda entre 2001 e 2014. Entre 2015 e 2017 a população de pobres – com menos de R\$ 233 por mês – aumentou de 8,3% para 11,1% da população total, cerca de 23 milhões de pessoas. São 6,2 milhões de brasileiros que caíram na linha da pobreza. *(Fonte: O Estado de S.Paulo)*



- Dívidas

Atingiram R\$ 32,1 bilhões em junho as dívidas de mais de 225 mil empregadores com o FGTS. Depósitos não efetuados por essas empresas afetam 8 milhões de trabalhadores, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Lideram o ranking de devedores o setor de atendimento hospitalar (R\$ 1,6 bi), seguido por administração pública (R\$ 1,5 bi) e açúcar em bruto (R\$ 1,1 bi). Nove desses empregadores possuem mais de R\$ 100 mi em débitos; 190 têm débitos entre R\$ 15 mi/R\$ 100 mi; 4.463, débitos entre R\$ 1 mi/R\$ 15 mi; 26.641, entre R\$ 100 mil/R\$ 1 milhão; 55.713, entre R\$ 20 mil/R\$ 100 mil; e 137.427, até R\$ 20 mil. *(Fonte: Valor Econômico)*

- Multa

O governo quer acabar com os 10% adicionais de multa rescisória sobre o FGTS pago pelas empresas para os cofres da União. Nada muda para o trabalhador. O adicional foi criado no governo FHC para cobrir rombo deixado pelos planos econômicos Verão (1989) e Collor I (1990). São R\$ 5,4 bilhões por ano. Hoje, nas demissões, as empresas desembolsam 50% de multa sobre o valor do FGTS, mas somente 40% ficam com o demitido. A medida precisa da aprovação do Congresso. *(Fonte: O Estado de S.Paulo)*

Ações trabalhistas

Pela 1ª vez em 12 anos, recuou para menos de 1 milhão o número de ações trabalhistas à espera de julgamento em primeira instância. Em junho, era de 959 mil ações, pouco acima das 946 mil de 2007. A queda é decorrente da reforma trabalhista de 2017 (Lei 13.467/17), que reduziu direitos dos trabalhadores, entre eles o da Justiça gratuita. Agora, são obrigados a arcar com as custas da defesa dos empregadores caso percam o processo.



De acordo com o TST, 1,8 milhão de processos tramitavam em 1ª instância no final de 2017. Caíram para 1,2 milhão no final de 2018. *(Fonte: Folha de S.Paulo)*

Ou paga, ou paga

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 2646/19, de autoria da deputada Alê Silva (PSL-MG). Determina que o empregado possa considerar rescindido o contrato de trabalho após três meses de atraso salarial. Bastará notificar extrajudicialmente o empregador para receber a indenização equivalente à demissão sem justa causa. O projeto altera a CLT - Decreto-Lei 5.452/43. Atualmente, o empregado pode considerar rescindido o vínculo empregatício quando o empregador não cumprir com as obrigações contratuais. Mas ele precisa recorrer à justiça trabalhista para ter acesso à indenização – verbas rescisórias, FGTS e seguro-desemprego – e aos documentos. *(Fonte: Agência Câmara)*



Giro Sindical

Congresso da CUT

A Central Única dos Trabalhadores promove, de 3 a 5 de outubro, na Praia Grande (SP), seu 13º Congresso Nacional. Graça Costa, secretária de Relações do Trabalho da central, diz que será oportunidade para discutir as transformações no mundo do trabalho e sindical. “Precisamos apontar muitas coisas. Não podemos ser o mesmo sindicato que éramos antes. As modificações na legislação e a questão do financiamento foram muito radicais. Sairemos com uma estratégia para resistir e sobreviver ao que está colocado para o movimento. E o principal, acrescenta, “é definir a estratégia de representação da classe trabalhadora como um todo, não somente de trabalhadores formais. Como vamos representar e organizar será o norte de nossos debates” (Fonte: CUT)



Justiça trabalhista

A Justiça do Trabalho é, mais uma vez, destaque na solução rápida dos conflitos. A constatação é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no “Relatório Justiça em Números 2019”. O documento, lançado em 28 de agosto, aponta que, nas Varas do Trabalho (1º grau), o julgamento dos processos é realizado em apenas 9 meses. No juízo comum, leva-se, em média, 1 ano e 10 meses para julgar um processo em fase de conhecimento nas varas federais; e 2 anos e 4 meses nas varas estaduais. Presente em 624 municípios brasileiros, a Justiça do Trabalho, além dos 24 tribunais de segunda instância, possui 1.587 varas. A presidente da Anamatra, Noemia Porto, observa que a celeridade se mantém mesmo com a defasagem de 329 magistrados e de 1972 servidores em seus quadros. (Fonte: Anamatra)

Desemprego

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 11,8% em julho, de acordo com a Pnad Contínua do IBGE. No período fevereiro a abril, que serve como base de comparação para este indicador, o desemprego estava em 12,5%. A quantidade de pessoas sem trabalho recuou de 13,1 milhões para 12,6 milhões, mas a queda foi puxada pelo aumento da informalidade, que atingiu o recorde de 41,3% da população ocupada.



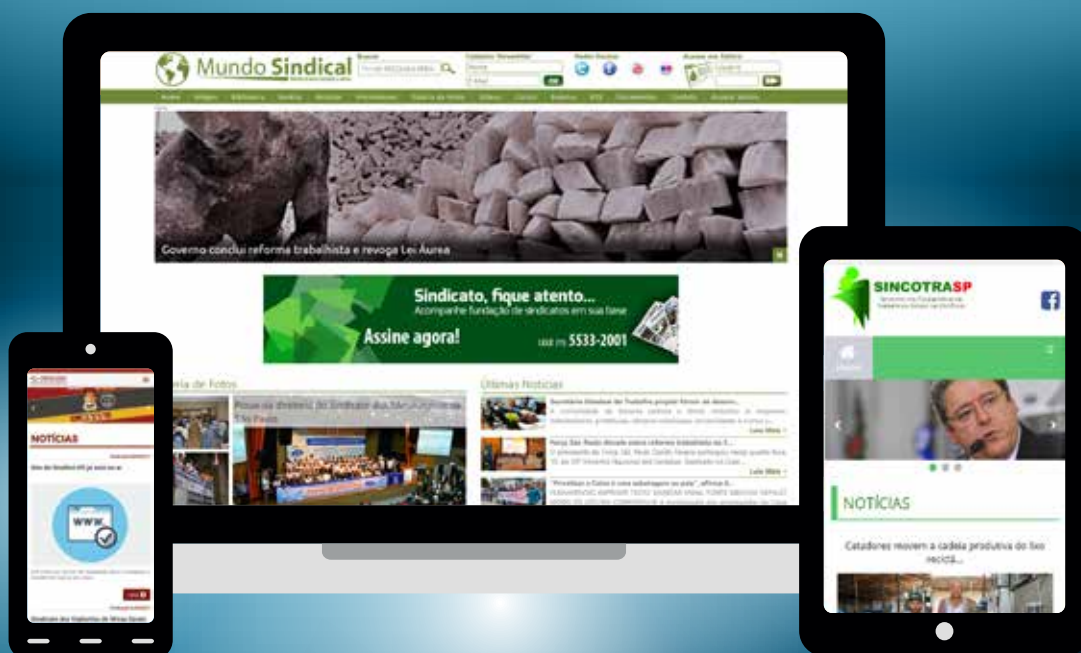
Terceirização

A terceirização da atividade-fim das empresas já está sendo amplamente validada pela Justiça do Trabalho. Reportagem do Valor Econômico (20/8/2019) mostra que empresas têm conseguido na Justiça anular condenações e acordos firmados com o Ministério Público do Trabalho (MPT) que tratam de terceirização. As decisões se escudam no julgamento do STF, que considerou lícita essa forma de contratação, e nas leis de terceirização (nº 13.429/2017) e da reforma trabalhista (nº 13.467/2017). Antes, muitas empresas sofriam multas milionárias. Somente era permitida terceirização da atividade-meio. As decisões dos juízes se baseavam na Súmula nº 331, do TST.

Informalidade

O aumento da informalidade no período foi de 1,4%, representando 343 mil trabalhadores. Em um ano (julho/2018-julho/2019, foram geradas 2,2 milhões de vagas de trabalho, mas mais de 50% (1,2 milhão) ocupadas por pessoas que passaram a trabalhar por conta própria. De acordo com o IBGE, dos 93,5 milhões de brasileiros que trabalham, 38,6 milhões são informais, 41,3% do total de pessoas ocupadas. O rendimento médio do trabalhador apresentou queda de 1% no período, passando de R\$ 2.311 para R\$ 2.286. Mesmo assim, a massa de rendimento ficou estável – houve mais pessoas trabalhando, mas tendo, como informais, ganhos menores. (Fonte: IBGE)

PRECISA DE UM SITE NOVO OU UM SISTEMA PRA O SEU SINDICATO?



Sites e Sistemas atuais
Design moderno
Tecnologia de ponta
Fácil manutenção



Facilitam o
contato com
associados
e clientes



Prático e
com maiores
resultados
nas buscas

NÓS PODEMOS AJUDAR!



5533-2001 (São Paulo)
0800 771 1971 (outras localidades)

www.easysystem.com.br